

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

CAMPINA GRANDE-PB
2016

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2014 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Unidades Consolidadas: Instituto Nacional do Semiárido – INSA

CAMPINA GRANDE-PB
2016

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

CGRH	-	Controladoria Geral de Recursos Humanos.
CGU	-	Controladoria-Geral da União.
CGU-PAD	-	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.
CJU	-	Consultoria Jurídica da União.
CNA	-	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.
CNI	-	Confederação Nacional da Indústria.
CT&I	-	Ciência, Tecnologia e Inovação.
CTC	-	Conselho Técnico-Científico.
DAS	-	Direção e Assessoramento Superiores.
DN	-	Decisão Normativa.
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMPARN	-	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte.
ENCTI	-	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
ESA	-	Agência Espacial Europeia.
ETCO	-	Eventos Técnico-Científicos Organizados.
IC&T	-	Instituição Científica e Tecnológica.
ICE	-	Índice de Comunicação e Extensão.
ICT	-	Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento.
IDCT	-	Índice de Divulgação Científica e Tecnológica.
IEO	-	Índice de Execução Orçamentária.
IES	-	Instituições de Ensino Superior.
IFCE	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
IGPUB	-	Índice Geral de Publicações.
IISEP	-	Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos.
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSA	-	Instituto Nacional do Semiárido.
IPEVN	-	Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas.
IRAD	-	Índice de Recuperação de Áreas Degradadas.
LOA	-	Lei Orçamentária Anual.
MCT	-	Ministério da Ciência e Tecnologia.
MCTI	-	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
MPA	-	Movimento dos Pequenos Agricultores.
MST	-	Movimento dos Sem Terra.
NA	-	Não se aplica.
NBC	-	Normas Brasileiras de Contabilidade.
NDTS	-	Núcleo de Desenvolvimento e Tecnologia Social.
NO	-	Não há ocorrência no período.
OCI	-	Órgão de Controle Interno.
OFSS	-	Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.
OI	-	Orçamento de Investimento.
ONG	-	Organizações Não Governamentais.
PAC	-	Plano de Aceleração do Crescimento.
PcTD	-	Processos e Técnicas Desenvolvidos.
PDU	-	Plano Diretor da Unidade.
PPA	-	Plano Plurianual.
PPACI	-	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional.
PPACN	-	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional.
PPBD	-	Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos.

PRB	-	Participação Relativa de Bolsistas.
PRPT	-	Participação Relativa de Pessoal Terceirizado.
REI-F	-	Revisão de Experimentos com Vistas ao Futuro.
RFB	-	Receita Federal do Brasil.
RG	-	Relatório de Gestão.
RH	-	Recursos humanos.
RRP	-	Relação entre Receita Própria e OCC.
SAB	-	Semiárido Brasileiro.
SCDP	-	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.
SCDP	-	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.
SCI	-	Scientific Electronic Library Online.
SCUP	-	Subsecretária de Coordenação das Unidades de Pesquisa.
SGICSSAB	-	Sistema de Gestão da Informação e Conhecimento para o Semiárido Brasileiro.
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIAFI	-	Sistema de Administração Financeira.
SIASG	-	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SIC	-	Serviço de Informação ao Cidadão.
SIGMCT	-	Sistema de Informações Gerencias.
SIGTEC	-	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas.
SPOA	-	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
TCG	-	Termo de Compromisso e Gestão.
TCGI	-	Termo de Compromisso e Gestão Individual.
TCU	-	Tribunal de Contas da União.
TNSE	-	Somatório dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
UJ	-	Unidade Jurisdicional.

LISTA DE QUADROS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Figura 2.5.1	Estrutura Organizacional	12
Quadro 2.5.1	Competências que integram a atual estrutura da unidade jurisdicionada	12
Quadro 3.1.1	Programas, objetivos e metas do PDU 2012-2015	18
Quadro 3.2.1.1A	Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	27
Quadro 3.2.1.1B	Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	28
Quadro 3.2.1.2	Ação/Subtítulos – OFSS	29
Quadro 3.2.4.1	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	30
Quadro 3.2.6.1	Despesas por modalidade de contratação	31
Quadro 3.2.6.2	Despesas por grupo e elemento de despesa	32
Quadro 3.3.1	Resumo dos indicadores utilizados no monitoramento da Unidade	37
Quadro 4.2.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	41
Quadro 7.1.1.1	Força de Trabalho da UPC	48
Quadro 7.1.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva	48
Quadro 7.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	49
Quadro 7.1.2.1	Despesas com Pessoal	50
Quadro 7.1.4.1	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	52
Quadro 7.1.4.2	Contratação de Estagiários	53
Quadro 8.6.1	Despesas com publicidade	57

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	8
2.	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	10
	2.1 Identificação da unidade	10
	2.2 Finalidade e competências	10
	2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	10
	2.4 Ambiente de atuação	11
	2.5 Organograma	11
	2.6 Macroprocessos finalísticos	13
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	17
	3.1 Planejamento organizacional	17
	3.2 Desempenho orçamentário	27
	3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	27
	3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	27
	3.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores	30
	3.2.4 Informações sobre a execução das despesas	31
	3.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	34
4.	GOVERNANÇA	41
	4.1 Descrição das estruturas de governança	41
	4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	41
	4.3 Gestão de riscos e controles internos	43
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	44
	5.1 Canais de acesso do cidadão	44
	5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	44
	5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	45
	5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	45
	5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	45
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	46
	6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	46
	6.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	47
7.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	48
	7.1 Gestão de pessoas	48
	7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	48
	7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	50
	7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	51
	7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	52
	7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	53
	7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	53
	7.3 Gestão da tecnologia da informação	54
	7.3.1 Principais sistemas de informações	54

8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	57
8.1	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	57
8.2	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	57

1. APRESENTAÇÃO

O RG está estruturado em 8 itens, a saber:

1. Apresentação;
2. Visão geral da unidade prestadora de contas;
3. Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional;
4. Governança;
5. Relacionamento com a sociedade;
6. Desempenho financeiro e informações contábeis;
7. Áreas especiais da gestão; e
8. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.

Alguns Item/subitens constantes na DN TCU nº 146/2014 e Portaria-TCU nº 321/2014 não se aplicam à natureza jurídica do INSA foram suprimidos do corpo do RG. Outros, porém, apesar de se aplicarem, não tiveram ocorrências no exercício 2015 e foram também suprimidos. A seguir apresenta-se um resumo dos subitens que não se aplicam e/ou que não tiveram ocorrência no período.

Item/Subitem que não se aplicam ou não tiveram ocorrência no período	Justificativa
Quadro Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS – constante no item 3.1.1	Não houve ocorrência
Quadro Ações - Orçamento de Investimento – OI	Não se aplica
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	Não houve ocorrência
Execução descentralizada com transferência de recursos	Não houve ocorrência
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	Não houve ocorrência
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	Não se aplica
Informações sobre imóveis locados de terceiros	Não houve ocorrência
Tratamento de determinações e recomendações do TCU	Não houve ocorrência
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	Não se aplica
Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	Não houve ocorrência
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	Não houve ocorrência

As ações do INSA no exercício 2015 concentraram-se na implantação da infraestrutura técnico-científica na Estação Experimental, e fortalecimento da execução dos projetos científicos iniciados em 2012, em seis áreas do conhecimento: Desertificação, Sistemas de produção, Recursos Hídricos, Biodiversidade e uso sustentável, Desenvolvimento e Tecnologias Sociais e Gestão da Informação e

Conhecimento. Cabe destacar que o PDU 2012-2015 foi concluído neste exercício obtendo resultados satisfatórios no que tange a execução das metas propostas. Contudo, a principal dificuldade da unidade de cumprir seu papel é o quadro de pessoal insuficiente, em especial da área fim. Outra dificuldade que se avizinha são o aumento dos custos operacionais da unidade e as restrições orçamentaria para os próximos anos.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1 Identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI		Código SIORG: 24101	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Nacional do Semiárido			
Denominação Abreviada: INSA			
Código SIORG: 24101	Código LOA: 240114	Código SIAFI: 240114	
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 01.263.896/0019-93	
Principal Atividade: Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais		Código CNAE: 7210-0/00	
Telefones/Fax de contato:	(083) 3315-6400	(083) 3315-6411	(083) 3315-6403
Endereço Eletrônico: insa@insa.gov.br			
Página Eletrônica:	http://www.insa.gov.br		
Endereço Postal: Av. Francisco Lopes de Almeida, S/Nº - Bairro Serrotão - CEP.: 58.429-970, Campina Grande / PB			

2.2 Finalidade e competências

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com sede na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O INSA como Instituição Científica e Tecnológica (IC&T) tem por finalidade, a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos sócio-econômicos e ecossistemas estratégicos da região do Semiárido Brasileiro (SAB), bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região Semiárida.

2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº. 10.860, de 14 de abril de 2004; Decreto nº. 5.886, de 06 de setembro de 2006.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Portaria nº. 896, de 30 de novembro de 2006.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Plano Diretor da Unidade e termo de compromisso de Gestão.

2.4 Ambiente de atuação

O INSA como Instituição Científica e Tecnológica (IC&T) atua no desenvolvimento de pesquisas e formação de recursos humanos, bem como articulando ações que contribua para o desenvolvimento sócio, econômico e ambiental do Semiárido brasileiro.

Os objetivos estratégicos do INSA estão consolidados no Plano Diretor da Unidade (PDU) para o período 2012 a 2015 (http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/acervo/PDU-2012-2015.pdf), tendo como eixos de sustentação:

1. **PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO** - que contempla os programas Biodiversidade e uso sustentável no SAB, Agroindústria e uso sustentável dos recursos minerais do SAB;
2. **FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** - com o programa Promoção da educação, do desenvolvimento humano e de tecnologias sociais para o SAB; e
3. **FORTALECIMENTO DA PESQUISA E INFRAESTRUTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA** - através dos programas: Infraestrutura de desenvolvimento científico e tecnológico na Sede e na Estação Experimental do INSA e Gestão de recursos hídricos e reuso de águas no SAB.

No tocante aos projetos estruturantes, o INSA estabeleceu em seu PDU 2012-2015 os temas:

1. Desertificação e mudanças climáticas no SAB;
2. Gestão da informação e do conhecimento no SAB e
3. A realização da Conferência Nacional do Semiárido Brasileiro.

2.5 Organograma

No regimento interno do INSA (Portaria MCT nº 896, de 30 de novembro de 2006), a sua estrutura básica é composta pelo Diretor e um Conselho Técnico-Científico (CTC).

O diretor, cujo cargo em comissão (DAS 101.5) provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, no desempenho de suas funções, conta com dois Assessores Técnicos (DAS 102.3) e um Assistente Técnico (DAS 102.1). Os assessores técnicos são responsáveis pelo apoio às atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisas e desenvolvimento tecnológico relacionadas a recursos hídricos, biodiversidade e sistemas de produção; enquanto, o assistente técnico, as atividades meio, que correspondem às áreas técnico-administrativas relacionadas a planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade.

O CTC é uma unidade colegiada, composto por 10 (dez) membros todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, com função de orientação e assessoramento ao diretor, no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INSA. O CTC apresenta a seguinte composição:

- I - Diretor do INSA, que o preside;
- II - dois membros, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico do INSA;

III - um representante das Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

IV - um representante das Federações das Indústrias dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI);

V - três membros representantes da comunidade científica e tecnológica atuantes em áreas afins e externos ao quadro de pessoal do INSA;

VI - um representante dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa das Universidades localizadas nos Estados do Nordeste; e

VII - um representante dos Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia do Nordeste.

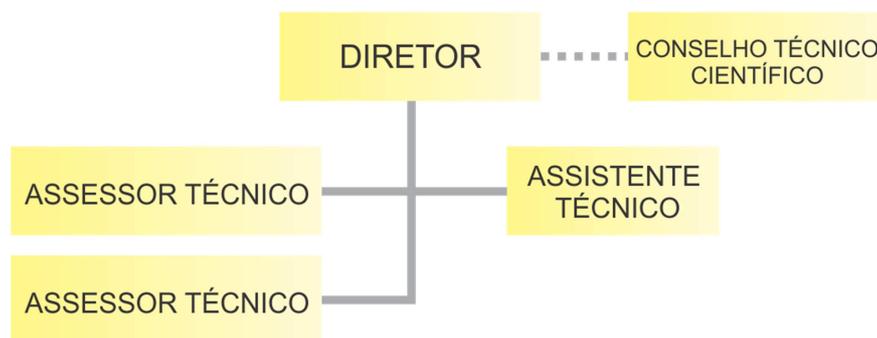


Figura 2.5.1 Estrutura Organizacional.

As informações referentes às competências que integram a atual estrutura da unidade jurisdicionada estão registradas no Quadro 2.5.1.

Quadro 2.5.1 – Competências que integram a atual estrutura da unidade jurisdicionada

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (publicação DOU)
Direção	Coordenar e gerenciar a implementação dos projetos e atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA; Supervisionar e coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; Coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade; Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas a sua área de atuação; Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.	Salomão de Sousa Medeiros (CPF nº 918.5892.044-49) salomao.medeiros@insa.gov.br	Diretor (DAS 101.5)	A partir de 04/11/2015
Direção	Coordenar e gerenciar a implementação dos projetos e atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA; Supervisionar e coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios	Ignácio Hernan Salcedo (CPF nº 152.770.974-49) salcedo@insa.gov.br	Diretor (DAS 101.5)	De 27/05/2011 a 03/11/2015

	estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; Coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade; Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas a sua área de atuação; Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.			
Assessoramento	Responsáveis pelo apoio às atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionadas a recursos hídricos, biodiversidade e sistemas de produção.	Aldrin Martin Perez Marin (CPF nº 014.809.646-89) aldrin.perez@insa.gov.br	Assessor (DAS 102.3)	A partir de 07/07/2011
Assessoramento	Responsáveis pelo apoio às atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionadas a recursos hídricos, biodiversidade e sistemas de produção.	Salomão de Sousa Medeiros (CPF nº 918.5892.044-49) salomao.medeiros@insa.gov.br	Assessor (DAS 102.3)	De 07/07/2011 a 03/11/2015
Assistência	Responsável pelas atividades meio, que correspondem às áreas técnico-administrativas relacionadas a planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade.	Inesca Cristina Malaquias Pereira (CPF nº 049.433.154-29) inesca.pereira@insa.gov.br	Assistente (DAS 102.1)	A partir de 18/09/2014

2.6 Macroprocessos finalísticos

O INSA fundamentou todo o planejamento de suas ações nos resultados que redundem em benefícios diretos para a população residente no Semiárido Brasileiro (SAB), de forma a que todo o seu esforço institucional aponte caminhos e forneça subsídios para a formulação de políticas públicas de convivência sustentável com o SAB, bem como articule os saberes científicos e populares, promovendo a conjuminância de informações e conhecimentos. Como resultado, espera haver enfrentado o macroproblema do SAB, especialmente quanto à baixa capacidade de suporte para as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos mais de 23,8 milhões de habitantes que residem na região.

A partir destes macro-objetivos concebeu uma trajetória de planejamento de suas ações estabelecidas para o período 2012 a 2015, envolvendo eixos de sustentação e premissas em consonância à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015 - http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf) e o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), norteadores dos seguintes macroprocessos:

- a) Consolidação dos Eixos de Sustentação e Premissas da ENCTI 2012-2015;
- b) Dinamização de Diretrizes de Ações Estratégicas;
- c) Desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa e projetos estruturantes.

Consolidação dos Eixos de Sustentação e Premissas da ENCTI 2012-2015

Esse macroprocesso constitui-se no elemento fundamental para orientação das ações do INSA, no sentido do cumprimento de sua missão institucional, que é viabilizar soluções interinstitucionais em ações de pesquisa, formação e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região, subsidiando a formulação de políticas públicas para a convivência sustentável com o SAB, tendo como eixos de sustentação:

- a) Promoção da inovação – Eixo I da ENCTI;
- b) Fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura científica e tecnológica – Eixo III da ENCTI;
- c) Formação e capacitação de recursos humanos – Eixo IV da ENCTI.

Como o INSA ainda não tem elevado sua capacidade para geração de recursos próprios e outras ações pertinentes, bem como por não tratar-se de órgão de fomento, o Eixo II da ENCTI (Novo padrão de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico) não foi, até a presente data, incorporado neste macroprocesso, pela instituição.

Objetivamente, esse macroprocesso reflete a estratégia de intervenção em CT&I, para o enfrentamento da realidade demandante das ações de governo, com vistas à convivência sustentável com o Semiárido brasileiro.

Para a promoção da inovação o INSA tem estimulado o desenvolvimento de alternativas sustentáveis com o SAB, buscando nas informações técnicas, científicas e no conhecimento popular, as inovações tecnológicas de sucesso que promoveram melhorias substanciais. Assim, criou o Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais, o qual associado ao Projeto Estruturante “Concepção e Implantação do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento no SAB” articulam os diversos saberes dispersos na região e desenvolve mecanismos de divulgação institucional, seja através de sua página oficial da internet, através do ensino/aprendizagem no âmbito da educação contextualizada no campo e/ou na produção de material didático-pedagógico dirigida a produtores rurais camponeses, através de seminário, encontros, eventos, palestras e as mais diversas formas de promover, dividir e divulgar o saber.

O fortalecimento da pesquisa se deu com a ampliação dos resultados experimentais obtidos na Estação Experimental para a escala de campo (a exemplo da pesquisa envolvendo a Palma Forrageira e o uso de efluentes de esgotos para a fertirrigação de espécies nativas voltadas à recuperação de áreas degradadas e produção madeireira). No âmbito interno, o INSA vem investindo em sua infraestrutura e finalizou no último ano as obras de mais de 25 laboratórios de pesquisas científicas nas áreas de biotecnologia, solos, agricultura e pecuária, em áreas onde outras instituições voltadas à pesquisa para o desenvolvimento do agronegócio não operam. Esses laboratórios são multiusuários e articularão diversas redes de pesquisa que necessitam desse suporte na região. Além disto, está desenvolvendo diversas pesquisas e atualmente tem como suas principais atividades a Gestão de Recursos Hídricos e reuso de água no SAB; Biodiversidade: conservação e o uso sustentável no SAB; Desertificação e mudanças climáticas na região do SAB; Gestão da informação e do conhecimento no SAB; Núcleo de desenvolvimento e tecnologia social (NDTS); Sistemas de produção: cultura da palma forrageira; produção animal; aproveitamento agroindustrial de cactáceas.

Na formação e capacitação de recursos humanos, o INSA tem aportado pesquisadores bolsistas, incentivando-os na sua formação, em pós-graduação, em mestrado e doutorado, bem como atraído diversos produtores rurais, vinculados a

cooperativas produtivas e aos movimentos sociais no campo (Articulação no Semiárido - ASA, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Sem Terra - MST, entre outros), orientando-os quanto às práticas sustentáveis de convivência com o SAB, bem como práticas ecologicamente corretas de manejo dos recursos naturais. Esses camponeses em articulação com os pesquisadores bolsistas, e com os pesquisadores e tecnólogos do INSA, constituem-se em agricultores experimentadores, também responsáveis pela difusão dos resultados de pesquisa obtidos em suas propriedades, distribuídas nos estados integrantes do SAB.

Infelizmente, esse sistema ainda não pode ser plenamente implantado, estando atualmente em fase de planejamento, devido as restrições orçamentárias e as demais que são impostas pela legislação vigente, especialmente quanto a questões operacionais e contratuais, ante a realidade de informalidade existente em uma região que abrange 1.135 municípios, dispersos em aproximadamente 1 (um) milhão de quilômetros quadrados do território nacional. Atualmente os esforços do Instituto estão no sentido de descobrir quais as alternativas que o emaranhado de leis, decretos, instruções normativas, acordos etc., permitem para que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico possam ser finalmente realizados para aqueles que mais necessitam, mas que estão à margem do regramento formal exigido.

Dinamização de Diretrizes de Ações Estratégicas

Nesse macroprocesso foram empreendidas mudanças estruturais no Plano Diretor da Unidade (PDU 2012-2015). No PDU, as metas passaram a orientar-se por resultados práticos de pesquisa, reduzindo sobremaneira a realização de eventos de difusão da missão institucional do INSA.

A construção deste macroprocesso se deu a partir da conjunção de dois sistemas de gestão:

- a) Gestão de oferta;
- b) Gestão de demanda.

A gestão de oferta consistiu em apresentar a ENCTI aos pesquisadores e bolsistas do INSA. A partir desse momento foi disparado um amplo processo de discussão da ENCTI ante a Missão Institucional do INSA e as possibilidades de investimentos e ações contidos no PPA 2012-2015.

A gestão de demanda consistiu em, após a gestão de oferta, os pesquisadores, em conjunto aos seus bolsistas respectivos, elaboraram um Termo de Compromisso e Gestão Individual (TCGI), onde cada pesquisador assumiu compromisso em executar metas em seu âmbito de especialidade, de forma a cumprir às orientações estabelecidas pela ENCTI.

Após realizado o Termo de Compromisso de Gestão Individual, foi realizada uma consolidação vis a vis com a ENCTI, o PPA e o PDU, resultando em um Termo de Compromisso e Gestão (TCG) para ser pactuado entre a direção da Unidade e o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A proposta orçamentária do INSA para o exercício de 2015 foi realizada com o objetivo de continuar as obras de infraestrutura, implantação dos laboratórios, aquisição de mobiliários, equipamentos e contratação de pessoal de apoio (terceirizados) para a ampliação e desenvolvimento das pesquisas relacionadas ao SAB.

Desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa e projetos estruturantes.

Esse macroprocesso tem sido um dos maiores desafios do INSA, visto que uma das maiores características da pesquisa científica está no fato de que não se conhecem os investimentos ou as descobertas a serem realizadas. Se assim não fosse, já não haveria pesquisa visto que tudo estaria conhecido e, portanto, precisamente justificável.

Porém, a legislação vigente exige que tudo esteja previsto, mesmo que o objeto de pesquisa seja naturalmente desconhecido, porque precisa ser pesquisado. De outro lado, muitos dos materiais e locais de realização de pesquisas, não são necessariamente localizados em cidades ou dentro de laboratórios. Alguns locais estão dentro de áreas rurais, em matas de caatinga fechada ou em pequenas unidades familiares de produção rural.

Assim, enquanto se dão as descobertas de uma pesquisa, os investimentos demandados precisam ser realizados, e alguns desses investimentos, precisam ser realizados no momento da observação, podendo ser perdidos e comprometerem a pesquisa, caso não sejam realizados (exemplo: para identificação de uma molécula com possível interesse industrial de uma espécie nativa do SAB, só pode ser realizada quando da ocorrência do florescimento e, a depender da seca, da permanência dessa flor na planta. No entanto, se for para esperar o procedimento licitatório formal, o florescimento já não existiria, resultando em impossibilidade de realização da pesquisa).

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento organizacional

Missão do INSA

Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro, a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região.

Visão de Futuro

Ser um instituto de referência até 2030, por meio de ações de articulação e de execução participativa de estudos e pesquisas, que sejam relevantes para a construção de um semiárido social, econômico e ambientalmente sustentável, valorizando suas potencialidades e a sua contribuição para o desenvolvimento do País, fundados nos princípios democráticos, equidade social, da probidade e excelência na gestão administrativa pública.

No cumprimento da sua missão institucional e, partindo da situação atual na direção da visão de futuro, o INSA adotou na construção do seu planejamento estratégico para o período 2012-2015, e materializado no PDU os mesmos eixos de sustentação, programas e objetivos adotados no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI 2012-2015) adaptado a realidade e as necessidades do Semiárido do Brasil, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 3.1.1 – Programas, objetivos e metas do PDU 2012-2015

PROGRAMA(S) / OBJETIVO(S)			METAS 2012-2015
PPA 2012-2015	ENCTI 2012-2015	PDU 2012-2015	Descrição e percentual realizado até 2015
Biodiversidade Objetivo: 0191 - Promover o desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	Biodiversidade Objetivo: Ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural.	Biodiversidade e uso sustentável no Semiárido brasileiro Objetivo: Aprofundar o conhecimento sobre a biodiversidade, o uso sustentável e a conservação de ecossistemas do SAB, associado ao avanço no conhecimento científico sobre processos evolutivos que geram e mantêm a diversidade de genes, espécies e ecossistemas.	Meta 1: Concluída 100% Formação de um núcleo de bioprospecção da diversidade florística, genética, cariológica e bioquímica das espécies encontradas nos distintos ambientes do bioma Caatinga, inclusive nos inselbergues, para pesquisar seu potencial de uso na alimentação animal e humana, assim como usos de qualquer outra natureza, comerciais ou não, de acordo com a legislação vigente para esse tipo de atividades, visando sua exploração sustentável, especialmente daquelas com utilização tradicional pelas comunidades.
			Meta 2: Concluída 100% Criação, a partir de 2012, de um cactário no INSA visando contribuir para a conservação <i>ex situ</i> de espécies emblemáticas do bioma Caatinga, para a conservação efetiva, uso sustentável e a redução do risco de extinção dessas espécies no Semiárido brasileiro.
			Meta 3: Concluída 100% Criação do Núcleo de Biogeoquímica ambiental da região do Semiárido brasileiro até 2014, com capacidade analítica para realizar análises de composição química em matérias de diversa natureza nas várias matrizes ambientais.
			Meta 4: Concluída 100% Realização de estudos e publicação de resultados, além da divulgação e difusão da raça no triênio 2013-2015, visando dar suporte ao desenvolvimento de programas de melhoramento genético da raça.
			Meta 5: Concluída 100% Formação de um banco de dados em 2013, sobre os rebanhos do Semiárido brasileiro, mediante levantamentos e atualizações periódicas de séries históricas dos dados oficiais, visando a realização de estudos estratégicos e publicações no triênio 2013-

			<p>2015, que auxiliem nas tomadas de decisão para a pecuária regional.</p> <p>Meta 6: Concluída 100% Realização, até 2013, de um evento regional sobre as potencialidades, perspectivas e viabilidade das raças animais nativas do Semiárido brasileiro, no contexto da valorização da pecuária regional.</p> <p>Meta 7: (Não atingida ao final de 04 anos do PDU 2012-2015. Motivos – Consultar a Geovergue porque não fez) Desenvolvimento e implantação até 2013, de um sistema-piloto de produção animal sustentável, nas condições do SAB visando a modelagem de um sistema com sustentabilidade econômica, ambiental e social e viabilidade na inserção de políticas públicas.</p> <p>Meta 8: Concluída 100% Elaboração e implementação de estudos e projetos, a partir de 2012, visando quantificar o potencial, perspectivas e viabilidade de produção das lavouras xerófilas no SAB.</p>
<p>Ciência, Tecnologia e Inovação Objetivo: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.</p> <p>Objetivo: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.</p>	<p>C,T&I para o Desenvolvimento Social Objetivo: Desenvolver e difundir conhecimento e soluções criativas para a inclusão produtiva e social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.</p> <p>Popularização da C,T&I e melhoria do ensino de ciências Objetivo: Promover a melhoria da educação científica, a popularização da C,T&I e a apropriação social do conhecimento.</p>	<p>Agroindústria Objetivo: Realizar estudos e projetos, em parceria com instituições afins, agências de fomento e iniciativa privada, para dimensionar o potencial de aproveitamento agroindustrial de cactáceas do Semiárido brasileiro com fins de agregação de valor.</p> <p>Recursos Minerais (uso sustentável dos recursos minerais do Semiárido brasileiro) Objetivo: Apoiar ações que visem à expansão e</p>	<p>Meta excluída do PDU 2012-2015 (cancelada devido à saída do profissional responsável pela meta): Elaboração e implementação de estudos, a partir de 2012, visando quantificar o potencial agroindustrial de cactáceas no SAB, envolvendo a pós-colheita e propriedades funcionais, atividades antimicrobianas, biofilmes, armazenamento e caracterização de óleos, com vistas a obtenção de substâncias terapêuticas, antioxidantes e alimentares.</p> <p>Meta excluída do PDU 2012-2015 (cancelada devido à saída do profissional responsável pela meta): Mapear até 2014 as regiões do Semiárido com vocação exploratória de recursos para assim promover a inovação tecnológica, desde a lavra, até a elaboração dos produtos, finais, e intermediários de valor agregado, em bases sustentáveis e</p>

<p>Objetivo: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.</p> <p>Objetivo: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.</p> <p>Objetivo: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.</p> <p>Objetivo: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.</p>	<p>Inclusão produtiva e social Objetivo: Desenvolver e aplicar tecnologias sociais e promover a extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social.</p>	<p>organização das atividades voltadas para a exploração dos recursos minerais do Semiárido brasileiro, com vistas à: organização do sistema de produção com a introdução de novos insumos, redução de impactos ambientais, agregação de valor aos seus produtos, aproveitamento de rejeitos/resíduos, aumento da eficiência energética com a devida diversificação em termos de fontes e, fomentação de cooperativismo com expansão de Arranjos Produtivos Locais (APLs).</p>	<p>racionais.</p>
<p>Gestão de recursos hídricos e reuso de águas no SAB Objetivo: Articular-se com instituições nacionais e internacionais, para implementação de estratégias, mecanismos e arranjos institucionais</p>	<p>Meta 15: Concluída 100% Implementação de uma unidade de reuso de água para fins não potáveis no SAB, visando a produção silvícola (especialmente, lenha), forragem e energéticos, até 2014.</p>	<p>Meta 16: Concluída 100% Realização, até 2013, de um evento regional para discussão sobre conservação e uso dos recursos hídricos do Semiárido brasileiro, visando subsidiar a formulação de programas municipais e estaduais de gestão.</p>	

		<p>destinados à viabilização de projetos-piloto de P&D acerca da gestão dos recursos hídricos e do reuso de águas no Semiárido, destinado ao atendimento dos setores agrícola e industrial.</p>	<p>Meta 17: Concluída 100% Realização, até 2015, de um estudo prospectivo do potencial de reuso de águas no Semiárido brasileiro.</p>
	<p>Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica Objetivo: Fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica, de modo a proporcionar soluções criativas as demandas da sociedade brasileira e uma base robusta ao esforço de inovação.</p>	<p>Infraestrutura de desenvolvimento científico e tecnológico na Sede Administrativa e na Estação Experimental do INSA Objetivo: Ampliar e consolidar a infraestrutura de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do INSA.</p>	<p>Meta 9: Concluída 100% Elaboração de projetos básicos, até 2013, e execução das obras de expansão (4 blocos) e complementação (estacionamento coberto, depósito, sistema de coleta e distribuição de águas pluviais, paisagismo, gerador de energia elétrica, sistema de reuso de águas pluviais e residuárias), até 2015, na Sede Administrativa do INSA.</p> <p>Meta 10: Concluída 100% Mediante o apoio do MCTI, estabelecer parcerias com instituições governamentais federais e estaduais para elaboração de projeto e execução da obra de pavimentação asfáltica da estrada de acesso à Sede do INSA, extensível a Estação Experimental.</p> <p>Meta 11: Concluída 100% Finalização até 2013, dos laboratórios avançados de CT&I na Estação Experimental do INSA, que possibilitarão o desenvolvimento de pesquisa em parceria com outros atores institucionais associados a temas relevantes no Semiárido brasileiro.</p>

			<p>Meta 12: Concluída 100% Elaboração, até 2013, dos projetos básicos e, até 2015, a execução das obras de infraestrutura (vias de acesso, drenagem, captação e utilização de águas pluviais, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, sistema de reuso de águas pluviais e residuárias, fornecimento de energia elétrica, iluminação externa, rede de dados e voz, paisagismo, recuperação do açude principal) e de edificações complementares (garagem, alojamento, refeitório, casa de ferramentas e almoxarifado, depósitos, unidade de beneficiamento de mel, centro de vivência), na Estação Experimental do INSA.</p> <p>Meta 13: Concluída 100% Implantação e consolidação, até 2015, na Estação Experimental do INSA, um Centro de Difusão de Inovações Produtivas e de Tecnologias de Convivência com o Semiárido; para o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas de: desertificação; recuperação e manejo de áreas degradadas; ecossistemas e dinâmica da caatinga; diversidade genética animal, vegetal e de microorganismos; recursos hídricos; e uso sustentável da biodiversidade e das potencialidades dos agroecossistemas do Semiárido brasileiro.</p> <p>Meta 14: Concluída 100% Realização em 2013 do planejamento físico-territorial da Estação Experimental do INSA.</p> <p>Meta 18 (ao final de 4 anos de PDU a meta não foi atingida): Até 2015, realizar a incubação de seis Escolas Rurais nos Núcleos de Desertificação, com inserção das propostas de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido.</p>
	<p>Formação e capacitação de recursos humanos Objetivo: Desenvolver ações de formação educacional junto aos cursos de nível</p>		

		<p>superior e pós-graduação, bem como em escolas rurais, no âmbito formal e no âmbito não-formal, associando o trabalho produtivo ao conhecimento explícito e tácito no SAB, visando o fortalecimento socioeconômico e o desenvolvimento humano da população da região.</p>	<p>Meta 19: Concluída 100% Promoção, até 2015, de vinte cursos regionais para formação de talentos humanos em CT&I para convivência transformadora com o Semiárido brasileiro, em associação com instituições governamentais e não-governamentais.</p> <p>Meta 20: Concluída 100% Apoio a nove programas de Pós-Graduação, especialmente aqueles em pequenas Instituições de Ensino Superior (IES), com vistas ao fortalecimento e difusão de estudos científicos, em cada um dos estados do SAB, até 2014.</p> <p>Meta 21: Concluída 100% Construir estratégias metodológicas para abordagem da situação do semiárido com seus diversos atores com interesses em jogo.</p> <p>Meta 22: Concluída 100% Aprimoramento do Método Revisão de Experiências com vistas ao futuro (REI-F) para desafiar a relevância geral na época, para o Brasil e em particular para o Semiárido.</p> <p>Meta 25: Concluída 100% Institucionalização até 2013, de um Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento, mediante a concepção/aquisição do conjunto de ferramentas computacionais para a sistematização e gestão da informação do Semiárido brasileiro e implantação até 2014 de um portal do conhecimento.</p> <p>Meta 26: Concluída 100% Mapeamento, até 2015, nos nove estados do SAB, das potencialidades regionais e locais, mediante a geração de informações relacionadas a temas estratégicos do SAB (aspectos técnicos, sociais, econômicos e ambientais).</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Mudanças Climáticas Objetivo: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).</p> <p>Objetivo: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.</p>	<p>Mudanças climáticas Objetivo: Ampliar a capacidade de resposta aos desafios e as oportunidades associadas às mudanças climáticas.</p>	<p>Desertificação e mudanças climáticas no SAB Objetivo: Articular-se com instituições nacionais e internacionais, para realizar estudos e projetos sobre as dinâmicas do processo de desertificação, estratégias de recuperação, manejo de áreas degradadas e mudanças climáticas no SAB, mediante a realização de debates sobre a temática e difundindo os seus resultados.</p>	<p>Meta 23: Concluída 100% Elaboração e implementação de estudos e projetos, a partir de 2012, para o desenvolvimento de um programa de monitoramento sistêmico da dinâmica de desertificação, com informações disponíveis a diferentes públicos, com vistas a oferecer subsídios para a edição de normas técnicas, formulação de políticas públicas e de modelos de manejo, que promovam a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais do SAB.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

No escopo da construção do PDU 2012-2015, e objetivando o cumprimento do seu papel institucional, o INSA estabeleceu na execução de seus programas e projetos estruturantes a realização de 28 metas, cuja execução física vem sendo acompanhada pelos TCGs de 2012 a 2015 disponíveis no site institucional, menu acervo digital na seção relatórios (http://www.insa.gov.br/?page_id=57#.VufliuZApSE).

PRINCIPAIS DIFICULDADES E AÇÕES MITIGADORAS ADOTADAS

Apesar de a Unidade ter quantificado as metas de acordo com a sua capacidade operacional, administrativa e financeira, no decorrer do exercício foram identificadas algumas dificuldades para atingir os objetivos traçados, sendo necessária adoção de algumas medidas mitigadoras para contorná-las, tais como:

DIFICULDADES	AÇÕES MITIGADORAS
Quadro de pessoal insuficiente - problema que ainda persiste.	Na área finalística foi incrementado o número de contratações de pesquisadores bolsistas, enquanto, na área meio houve novas contratações dos aprovados no concurso realizado pelo MCTI. Também foi estimulada a transferência de servidores de outras unidades de pesquisa do MCTI para o INSA.
Mobilidade dos bolsistas.	Em 2015 o INSA dispunha de recursos orçamentários para contratação de bolsistas, para desenvolver atividades de compartilhamento de conhecimentos junto a agricultores experimentadores; porém esta ação não foi possível desenvolve-la em sua totalidade, pois a comprovação de despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem, na economia informal do ambiente rural, não ser reconhecidas pelos órgãos de controle da União. Esses agricultores estão voltados para a produção de alimentos de primeira necessidade, constituindo-se numa estratégia fundamental para o combate à pobreza e à fome. Por outro lado a proximidade do INSA a esses agricultores é fundamental para dá suporte técnico e científico, visando desenvolver em conjunto alternativas de produção sustentável de alimentos.
Falta de conhecimento das leis, normas e regras gerais que rege a administração pública.	Investimento em capacitação dos servidores.
Atendimento das especificidades das demandas de pesquisa (aquisição de alguns materiais de consumo, equipamentos, e contratação de serviços de terceiros) com a legislação	O INSA vem fazendo um trabalho de aproximação com a Consultoria Jurídica da União (CJU) no Estado da Paraíba, objetivando informar de suas ações de pesquisa, das dificuldades encontradas para a realização e quais os prejuízos econômicos,

atualmente em vigor.	sociais e científicos decorrentes da não realização. Então neste contexto, as duas instituições têm construído caminhos e/ou soluções para a execução da pesquisa de forma a atender o que preconiza a legislação.
Obtenção de preços de referencias para aquisição de material de consumo, equipamentos e contratação de serviços de terceiros.	Maior aproximação com os fornecedores e prestadores de serviços.
Dificuldade das contratadas cumprirem os prazos estabelecidos em contratos.	Elaboração de projetos básicos mais consistentes e uma atuação mais efetiva da Fiscalização e da Direção junto a Contratada.

3.2 Desempenho orçamentário

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 3.2.1.1A - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20UJ		Tipo: 0001 - Nacional			
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido					
Iniciativa	0182- Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso. Código: 0403					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação - 2015		Código: 2021		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.383.739,00	2.305.365,00	2.288.279,52	630.827,36	630.827,36	0,00	1.657.452,16
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pesquisa e desenvolvimento no INSA		Pesquisa Realizada	3		3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.245.610,17	921.719,68	232.982,41				

Quadro 3.2.1.1B - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	154K		Tipo: 0001 - Nacional			
Título	Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA					
Iniciativa	Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso. Código: 0403					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação - 2015				Código: 2021	
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.700.000,00	470.000,00	469.183,34	469.183,34	469.183,34	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Construção da Infraestrutura		Construção	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Quadro 3.2.1.2 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2000			Tipo: Nacional			
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	Não Informado						
Objetivo	Objetivo não Informado Código:						
Programa	Programa de Gestão e manutenção do MCTI			Código: 2106		Tipo: 0001	
Unidade Orçamentária	24101						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	3.057.186,00	2.951.468,00	2.938.618,27	2.617.608,30	2.617.608,30	0,00	321.009,97
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001N	Administração da Unidade-INSA		Unidade	1000		1000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	447.722,56	355.488,60	92.233,96				

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário foi afetado diretamente em dois pontos: 1) Atraso na aprovação do orçamento e o seu 2) Repasse a Unidade Gestora. Outros pontos que contribuíram foram os sucessivos de cortes orçamentários, restrições nos limites de empenho e em rubricas específicas, afetando negativamente o planejamento e consequentemente a execução.

3.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 3.2.4.1 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.461.170,44	1.191.945,98	-269.224,46	0,00
2013	225.440,61	85.262,30	-49.270,23	90.908,08
2012	6.721,68	0,00	6.721,68	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica

Os restos a pagar decorrem do atraso na aprovação do orçamento e o seu respectivo repasse a Unidade Gestora. Estes fatores somados provocam atrasos nos processos licitatórios, execução dos objetos contratados e conseqüentemente, gerando restos a pagar.

3.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 3.2.6.1 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: 24101		Código UO: 24101		UGO: 240114	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.862.846,01	3.962.394,43	2.862.846,01	3.962.394,43	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	349.771,85	1.095.405,15	349.771,85	1.095.405,15	
d) Pregão	2.513.074,16	2.866.989,28	2.513.074,16	2.866.989,28	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	732.618,96	570.454,54	732.618,96	570.454,54	
h) Dispensa	498.275,99	425.866,56	498.275,99	425.866,56	
i) Inexigibilidade	234.342,97	144.587,98	234.342,97	144.587,98	
3. Regime de Execução Especial	22.117,64	32.856,27	22.117,64	32.856,27	
j) Suprimento de Fundos	22.117,64	32.856,27	22.117,64	32.856,27	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	22.055,79	42.767,25	22.055,79	42.767,25	
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	
l) Diárias	22.055,79	42.767,25	22.055,79	42.767,25	
5. Outros	100.036,39	218.887,48	100.036,39	218.887,48	
6. Total (1+2+3+4+5)	3.739.674,79	4.827.359,97	3.739.674,79	4.827.359,97	

Quadro 3.2.6.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: 24101			Código UO: 24101				UGO: 240114	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
37 – Locação de Mão de Obra	1.811.214,00	1.919.999,70	1.781.137,75	1.855.602,65	30.076,25	64.397,05	1.781.137,75	1.855.602,65
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	815.404,55	790.318,41	637.913,52	447.445,32	177.491,03	342.873,09	637.913,52	447.445,32
30 – Material de Consumo	437.205,05	606.936,31	257.574,07	362.779,38	179.630,98	244.156,93	257.574,07	362.779,38
Demais elementos do grupo	344.308,84	353.724,81	332.060,32	329.674,36	12.248,52	24.050,45	332.060,32	329.674,36
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
52 – Equipamentos e Material Permanente	1.818.765,35	723.284,15	239.750,00	534.526,99	1.579.015,35	188.757,16	239.750,00	534.526,99
51 – Obras e Instalações	454.193,88	1.699.999,78	454.193,88	1.163.655,94	0,00	536.343,84	454.193,88	1.163.655,94
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	14.989,46	151.500,00	14.989,46	90.908,08	14.989,46	60.591,92	14.989,46	90.908,08
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								

Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica

Durante o exercício a execução das despesas por modalidade de contratação está dentro da normalidade da unidade e em estrita observância a legislação vigente.

Quanto à execução orçamentaria, cabe destacar os restos a pagar do grupo de despesa - equipamentos e material permanente. Estes valores decorrem do atraso na aprovação do orçamento e o seu respectivo repasse a Unidade Gestora. Estes fatores somados provocaram atraso no processo licitatório e conseqüentemente na execução do objeto.

O contingenciamento de 10 % na Unidade não afetou significativamente a gestão orçamentária.

3.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O instrumento utilizado pelo INSA para o monitoramento e avaliação do modelo de governança é através do Termo de Compromisso e Gestão Individual (TCGI), em que o pesquisador quantificava e formalizava perante a Direção qual(is) meta(s) seriam de sua responsabilidade no exercício. O instrumento adotado possui um conjunto de indicadores que permite avaliar além da execução física da(s) meta(s) a financeira possibilitando ao Gestor adotar estratégias ao cumprimento da(s) meta(s). Com os TCGI consolidados de todos os pesquisadores e as diretrizes operacionais da Unidade a Direção do INSA anualmente é firmado com o representante do MCTI o Termo de Compromisso e Gestão (TCG) da unidade, que por sua vez, possui o mesmo conjunto de indicadores do TCGI.

INDICADORES FÍSICO E OPERACIONAIS

1. IGPUB – Índice Geral de Publicações

Memória de Cálculo

$IGPUB = NGPUB / TNSE$

NGPUB = Número de publicações em periódicos indexados no SCI + número de publicações em periódicos científicos com ISSN + número de publicações em revistas de divulgação nacional ou internacional + número de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional + número de capítulo de livros (NGPB).

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

2. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

Memória de Cálculo

PPACI = Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano (ao menos um documento oficial assinado).

3. PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

Memória de Cálculo

PPACN = Número de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano.

4. PPBD – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

Memória de Cálculo

PPBD = Número de projetos desenvolvidos no ano (PROJ) / Técnicos de nível superior vinculados à pesquisa (TNSEp).

5. ETCO – Eventos Técnico-Científicos Organizados

Memória de Cálculo

ETCO = Número de congressos organizados (x 3) (NC) + número de cursos e seminários organizados (NCS) x peso de cada evento (P) / número total de eventos (NTE)

6. ICE – Índice de Comunicação e Extensão

Memória de Cálculo

ICE = Número de projetos de educação em ciência, ambiental, patrimonial e de extensão desenvolvidos com recursos garantidos e registrados na respectiva coordenação (NPE) + Número de exposições permanentes, temporárias e itinerantes criadas e com recursos para sua montagem garantidos (NE) + n° de comunicação externa + n° de matérias produzidas e publicadas + n° de textos inseridos no site institucional (x 0,1) (NCE) + N° de comunicação interna (x 0,1) (NCI) / número de funcionários, bolsistas e cedidos vinculados diretamente à Comunicação e Extensão (FBC).

7. IDCT – Índice de Divulgação Científica e Tecnológica

Memória de Cálculo

IDCT = Número de cursos de extensão e divulgação, oficinas, treinamentos, palestras, artigos, entrevistas, demonstrações técnico-científica, comprovados através de documento adequado, realizados no ano por pesquisadores e tecnologistas vinculados às respectivas Coordenações (NDCT) / número de técnicos de nível superior vinculados à pesquisa (TNSE).

8. PcTD – Processos e Técnicas Desenvolvidos

Memória de Cálculo

PcTD = $NPTD / TNSE_t$

Unidade: N° de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = N° total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo n° de relatórios finais produzidos.

TNSE_t = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação no INSA, completados ou a completar na vigência do TCG.

9. IPEVN – Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas

Memória de Cálculo

IPEVN = Número de mudas formadas de espécies vegetais nativas (NMF) / número de espécies vegetais nativas propagadas para produção de mudas (NEVN).

10. IRAD – Índice de Recuperação de Áreas Degradadas

Memória de Cálculo

IRAD = $(AEPR/APR) \times 100$

Unidade: Índice percentual (Sem casa decimal)

AEPR = Área que está sendo recuperada do total de áreas degradadas previstas para recuperação

APR = Área em estágios variados de degradação dos seus recursos do solo, flora e fauna a ser recuperado com a participação do INSA

INDICADORES ADMINISTRATIVO-FINANCEIROS

11. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

Memória de Cálculo

APD = Somatório das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal

administrativo terceirizado, no ano (DM) / soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive das fontes 100 e 150 (OCC).

12. IEO – Índice de Execução Orçamentária

Memória de Cálculo

IEO = Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados (VOE) / Limite de empenho autorizado (OCCe) x 100.

13. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC

Memória de Cálculo

RRP = Receita Própria Total incluindo a Receita Própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (RPT) / soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 e 250 (OCC).

INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

14. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento

Memória de Cálculo

ICT = Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano (ACT) / soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 e 250 (OCC) x 100.

15. PRB – Participação Relativa de Bolsistas

Memória de Cálculo

PRB = Somatório dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano (NTB) / somatório dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano (NTB) + número total de servidores em todas as carreiras, no ano x 100.

16. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

Memória de Cálculo

PRPT = Somatório do pessoal terceirizado, no ano (NPT) / Somatório do pessoal terceirizado, no ano (NPT) + número total de servidores em todas as carreiras, no ano (NTS) x 100

INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

17. IIS_{EP} – Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos

Memória de cálculo

PPlan = N° de Programas ou Projetos planejados de natureza social.

Diante das estratégias adotadas visando alcançar os objetivos estratégicos do PDU 2012-2015 os resultados alcançados e os impactos obtidos em 2015 foram satisfatórios e estão sumarizados no Quadro 3.1.1 – Programas, objetivos e metas do PDU 2012-2015 e no Quadro 3.3.1 – Resumo dos indicadores em 2015 (abaixo).

Quadro 3.3.1 – Resumo dos indicadores utilizados no monitoramento da Unidade

Indicadores	Série Histórica						Unidade	2015	
	2009	2010	2011	2012	2013	2014		Pactuado no ano	Realizado no ano
Físicos e Operacionais									
1. IG PUB – Índice geral de publicações	1,68	0,53	2,3	3,24	2,84	2,05	Publicação/Técnico	2	3,24
2. PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	2	2	2	2,00	2	2,00	Unidade	2	2,00
3. PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	20	17	18	31,00	19	31,00	Unidade	19	31,00
4. PPBD - Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos	1,43	2,23	3,9	2,00	2	2,00	Pesquisa/Técnico	2	2,00

5. ETCO – Eventos Técnico- Científicos Organizados	1,77	1,02	2,12	0,33	0,54	0,42	Unidade	0,3	0,33
6. ICE - Índice de Comunicação e Extensão	53	8	13,4	20,20	12,37	15,77	Serviços/Técnico	13	20,20
7. IDCT – Índice de Divulgação Científica e Tecnológica	6,3	3,53	5,29	3,71	3,38	4,00	Eventos/Técnico	3,2	3,71
8. PcTD – Processos e Técnicas Desenvolvidos	-	-	0,18	-	-	-	Nº Processos/Técnico	-	-
9. IPEVN – Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas	4.389	3.240	5.929	3885,00	4928,57	3885,00	Nº mudas/Espéc	3.885	3.885
10. IRAD – Índice de Recuperação de Áreas Degradadas	50	64	40	40,00	40	40,00	%	40	40,00

Administrativos e Financeiros									
11. APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	78	52	32,29	41,86	42,45	66,76	%	35	41,86
12. IEO - Índice de Execução Orçamentária	93,7	70	51,13	64,92	54,23	94,62	%	100	64,92
13. RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	11,6	0,42	9,65	-	-	-	-	-	-
Indicadores de Recursos Humanos									
14. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	1,13	0,62	0,44	0,11	0,68	0,39	%	0,5	0,11
15. PRB – Participação Relativa de Bolsistas	39,3	21	35,14	40,68	21,95	44,07	%	44	40,68

16. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	56,6	56	62,5	50,00	62,5	62,92	%	62,5	50,00
Indicador de Inclusão Social									
17. IIS _{EP} – Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos	1	1	1	1,00	1	1,00	%	1	1,00

4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da Unidade é composta pelo Diretor e o pelo CTC, cuja normatização encontra-se no regimento interno do INSA (Portaria MCT nº 896, de 30 de novembro de 2006).

O papel do Diretor é: 1. Coordenar e gerenciar a implementação dos Projetos e Atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA; 2. Supervisionar e coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; 3. Coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade; 4. Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas a sua área de atuação; 5. Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Já o CTC tem a função de orientação e assessoramento ao diretor, no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INSA.

Na unidade não possui sistema de correição, sendo a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MCTI a unidade responsável pelo sistema de correição desta unidade.

4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4.3 Gestão de riscos e controles internos

A sistemática para gestão de riscos envolve a utilização de indicadores de desempenho alimentados por mecanismos de monitoramento, que funcionam como ferramentas de controles internos, instituídos para garantir o cumprimento das metas institucionais, visando corrigir no espaço e no tempo, possíveis divergências que viessem a colocar em risco o cumprimento das metas, ou ao menos, mitigar os efeitos adversos decorrentes de variáveis externas à governabilidade do Instituto.

O INSA, como Unidade de Pesquisa do MCTI, dispõe de autonomia relativa para cumprimento do PDU, o qual é referendado pela Secretaria Executiva do MCTI e pelo Gabinete do Ministro. Anualmente é elaborado um Termo de Compromisso de Gestão, onde as metas do PDU são pactuadas para sua execução no ano seguinte. Essas metas são submetidas à avaliação semestral para acompanhamento do desempenho das atividades e cumprimento dos indicadores institucionais pactuados.

Estrategicamente, o INSA busca no acompanhamento dos avanços das pesquisas e desenvolvimento tecnológico e de inovações, sistematizar suas observações a partir dos seguintes indicadores:

1. Operacionais: Índice geral de publicações; Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional; Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional; Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos; Eventos Técnico-Científicos Organizados; Índice de Comunicação e Extensão; Índice de Divulgação Científica e Tecnológica; Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos; Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas; e Índice de Recuperação de Áreas Degradadas;
2. Administrativo-Financeiros: Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento; Índice de Execução Orçamentária; Relação entre Receita Própria e OCC.
3. Recursos Humanos: Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento; PRB - Participação Relativa de Bolsistas; Participação Relativa de Pessoal Terceirizado;
4. Inclusão Social: IISEP – Índice de Inclusão Social.

A principal ferramenta de controle para os indicadores financeiros, do ponto de vista da execução de planos, programas e projetos, é o sistema operacional denominado SIGTEC. Através de relatórios gerenciais as metas são avaliadas quanto ao percentual do seu cumprimento.

O SIGTEC permite avaliar o status de desenvolvimento dos projetos e verificar se o plano de aplicação previsto está compatível com o executado. A partir do cruzamento de relatórios do SIGTEC com outros sistemas de gestão e controle é possível realizar, com bom grau de precisão, o controle das inversões financeiras realizadas em cada projeto e as metas físicas que estão sendo previstas e alcançadas.

Semestralmente e anualmente a Secretaria Executiva do MCTI avalia os relatórios de gestão, funcionando como uma espécie de auditoria, com base nos indicadores e no detalhamento das metas dos planos, programas e projetos que foram atingidos, buscando soluções para os problemas que ultrapassam os limites da governabilidade do INSA.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Os canais de acesso disponíveis para a interação dos cidadãos com o Insa são:

- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): por meio deste canal o usuário pode fazer solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, seja por meio do site específico para este fim (<http://www.insa.gov.br/acessoainformacao>), ou diretamente em sua Sede, localizada na Av. Francisco Lopes de Almeida, S/N, Bairro: Serrotão, Campina Grande/PB, no Prédio da administração, na sala 18. Por meio do SIC, o INSA disponibiliza dois e-mails para atender às solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como é possível o acesso diretamente pela plataforma e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) ou através do Portal institucional (www.insa.gov.br).
- Outro canal disponível é o “Contato/Fale Conosco”, também disponível no Portal do INSA. Os contatos dos usuários são realizados por e-mail e respondidos de imediato, com atendimento das solicitações, esclarecimentos e prestação de informações.
- O perfil do INSA nas redes sociais, especialmente no Facebook (www.facebook.com/insamcti), monitorado diariamente pela Assessoria de Comunicação, também tem se constituído em importante canal para acesso direto do cidadão. Todas as perguntas, reclamações e sugestões são acompanhadas indistintamente, com respostas diretas aos cidadãos.
- O Programa Semiárido em Foco (www.insa.gov.br/semiaridoemfoco/), com atividades/encontros realizados semanalmente no auditório do Insa, também tem sido um importante canal de debate, articulação e discussão de temas de interesse para a sociedade do Semiárido. Diversos segmentos da sociedade civil, academia, políticos e representantes de instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia têm sido mobilizados e incentivados a participar e colaborar com o debate democrático e o profícuo confronto de visões e opiniões sobre políticas públicas para o Semiárido brasileiro.

Sobre as estatísticas, em 2015 o Sistema de Acesso ao Cidadão (SIC) do Insa atendeu a 82 perguntas. Destas, apenas 10 (dez) foram enviadas pela plataforma on-line do e-SIC e 72 (setenta e duas) pelo e-mail de contato do “Fale Conosco”, disponível no Portal institucional. Os pedidos de informações foram prontamente atendidos. Cabe ressaltar que a web do SIC foram acessados por 2.604 usuários com 5.041 visualizações de página e duração média por sessão de 00:00:56.

A título de complementação, o INSA tem lançado relatórios de atividades anuais em linguagem popularizadas, com versões impressas e digitais disponibilizados no site institucional.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi elaborada conforme Decreto nº 6932/2009 e sua divulgação é realizada através do Portal institucional no seguinte endereço eletrônico: <http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Carta-de-Serviço-ao-Cidadão1.pdf>.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Até o momento não foi realizada nenhuma pesquisa de satisfação, todavia, o INSA através da Assessoria de Comunicação vem elaborando questionário para tal fim.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Todas as informações referentes à missão, visão, formas de atuação e relatórios de gestão estão disponíveis no endereço www.insa.gov.br. Além disso, diariamente são divulgadas pela Assessoria de Comunicação informações das ações e projetos desenvolvidos no Semiárido brasileiro através do portal, redes sociais e Boletim Informativo Eletrônico, enviado mensalmente para representantes de diversas instituições e organizações sociais, bem como, os diversos públicos de interesse com os quais o Instituto se relaciona (pesquisadores, professores, estudantes, entre outros). Em 2015 o portal institucional foi acessado por 44.581 usuários totalizando 138.026 visualizações, com uma duração média de 00:02:10 por sessão. Já nas redes sociais (Fan Page do INSA - Facebook) em 2015 tinham 4.716 seguidores, cujos conteúdos disponibilizados alcançaram 112 mil internautas.

Os relatórios de auditoria de gestão e acórdãos do TCU concernentes ao INSA são divulgados no site do SIC e podem ser acessados no seguinte endereço: http://www.insa.gov.br/acessoainformacao/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=56.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Produtos e serviços

Os produtos gerados pelo INSA são materializados em forma de publicações (artigo, livro, cartilha, etc) e vídeos e disponibilizados em forma digital no site institucional (www.insa.gov.br) e/ou no site do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido (<http://www.insa.gov.br/sigsab/>).

Instalações

A sede do INSA possuem banheiros (dois) adaptados a cadeirantes, auditório com cadeiras para pessoas obesas e rampas de acesso a cadeirantes. Todos os prédios foram construídos ao nível do solo com acesso por rampas.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O INSA utiliza o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC), desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) para gerenciar a depreciação, amortização e exaustão dos seus bens móveis.

O objetivo de uma das ferramentas do sistema é o acompanhamento e controle dos bens patrimoniais da Instituição, sejam próprios ou de terceiros, disponibilizando as operações de consulta, registro, manutenção, movimentação ou baixa dos mesmos. O sistema apresenta dois cenários referentes aos bens móveis do Instituto: Consultar Bens Patrimoniais e Gestão do Patrimônio.

Essas ferramentas seguem as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), principalmente as 16.9 e 16.10 (NBC T 16.9 e 16.10) com o objetivo de estabelecer os critérios e procedimentos para a adoção da prática da depreciação, amortização e exaustão, assim como a avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público, garantindo a correta evidenciação do patrimônio público.

Mensalmente, são lançados Relatórios de Depreciação (RMB) e os Relatórios de movimentação de Ativos (RMA), onde os valores dos bens móveis são atualizados devido a depreciação dos mesmos.

Com o intuito de padronizar e orientar as Unidades Gestoras da administração pública direta da união, suas autarquias e fundações a Secretaria do Tesouro Nacional definiu no Manual SIAFI Web os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão por meio da Macrofunção 02.03.30, ficando estabelecida a aplicação da mudança de critério contábil a partir do exercício contábil de 2010.

Com referência a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem se utilizou o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também foi padronizado, conforme especificado na tabela abaixo:

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.05.05	AERONAVES	-	-
12311.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	10	20%
12311.01.03	APAR.EQUIP.UTENS.MÉD.ODONT.LABOR E HOSP.	15	20%
12311.01.04	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
12311.99.04	ARMAZÉNS ESTRUTURAIIS-COBERT. DE LONA	10	10%
12311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12311.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
12311.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.06.06	EMBARCAÇÕES	-	-
12311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAM.	20	10%
12311.01.05	EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGUR. E SOCORRO	10	10%

12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZAIndustr.	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.01.25	MÁQUINAS, UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	5	10%
12311.03.02	MÁQUINAS, INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
12311.01.09	MÁQUINAS, FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
12311.01.20	MÁQ.EQUIP.UTENS.AGRIC.AGROP. E RODOV.	10	10%
12311.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
12311.10.00	SEMOVENTES E EQUIP. DE MONTARIA	10	10%
12311.05.01	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
12311.01.11	EQUIP.E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
12311.05.02	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
12311.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
12311.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10%
12311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.01.14	EQUIP., PEÇAS E ACESS. AERONÁUTICOS	30	10%
12311.01.15	EQUIP., PEÇAS E ACESS. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
12311.01.12	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
12311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.13	EQUIP., PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
12311.01.19	EQUIP.E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	10	10%

A depreciação é iniciada no mês seguinte à aquisição, incorporação e/ou sua efetiva utilização, não havendo depreciação em fração menor que um mês, sendo reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo se iguale ao valor residual.

As taxas utilizadas para os cálculos são aplicadas com base no período de vida útil padrão, levando-se em conta o valor residual a fim de se obter a taxa anual de depreciação, sendo que os cálculos e registros são realizados mensalmente.

De acordo com o calendário oferecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a área patrimonial do INSA basicamente concluiu grande parte dos procedimentos contidos no Manual SIAFI Web, restando apenas alguns ajustes pertinentes.

Pode-se afirmar que a adoção da depreciação no âmbito do setor público veio consolidar a mudança do enfoque estritamente orçamentário para o enfoque patrimonial da contabilidade pública, que visa à evidenciação do patrimônio público e que se constitui seu principal objeto.

Esse fato reforça a premissa da responsabilidade social dos demonstrativos e relatórios contábeis, com vista à importância dessa ciência enquanto ferramenta de controle e transparência da gestão pública.

6.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Informações inseridas como ANEXO I ao relatório de gestão

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de pessoas

7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 7.1.1.1 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	31	2	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-			-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	31	2	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	31	2	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	1
4. Empregados Públicos	-			-
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	-	31	2	4

Fonte: Fonte: CGRH - SIAPE – Situação apurada em 12/15

Quadro 7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	23	08
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	08
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Empregados Públicos		
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	23	08

Quadro 7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autoriza da	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		4		1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		4		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados		1		1
1.2.6. Empregados Públicos				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		4		1

Análise Crítica

A principal dificuldade é a reduzida força de trabalho na Unidade. Somam-se a esta o êxito de alguns servidores em outros concursos, transferência para outras unidades do MCTI, cessão e a perspectiva imediata de aposentadoria.

7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 7.1.2.1 – Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015	1.618.146,36		1.529.939,28	64.350,72		9.120,00			3.221.556,36
	2014	1.527.120,00		1.711.291,20	52.393,68		17.104,32			3.307.909,20
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015	130.691,76								130.691,76
	2014	125.155,80								125.155,80
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015									
	2014									

7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A unidade tem dificuldade em consolidar o seu quadro de servidores para exercer e atender plenamente seu papel institucional devido, a existência da figura do “SERVIDOR CONCURSEIRO”; geralmente, estes ingressam no serviço público através de concurso para um nível (cargo) muito aquém da sua qualificação. Após um período, estes se submetem a outros concursos em nível compatível com sua qualificação e ou com salários mais vantajosos, deixando a vacância do cargo. Atualmente na unidade vários servidores enquadram-se nessa categoria, muitos deles já galgaram êxitos em outros concursos aguardando apenas sua nomeação; então todo o investimento em tempo e treinamento destes servidores, visando elevar o INSA a um patamar de excelência nas atividades administrativas estão sendo perdidas.

Outro ponto que tem comprometido a consolidação do quadro de pessoal é a solicitação de transferência e/ou cessão de servidores para outras unidades de pesquisa do MCTI e/ou para outros órgãos da esfera federal. Atualmente, a diretoria vem se posicionando contra, mas os solicitantes tem obtido êxito.

7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 7.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante											
Nome: Instituto Nacional do Semiárido - INSA											
UG/Gestão: 240114											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Objeto	Empresa copntratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					F		M		S		
			P	C	P	C	P	C			
2012	Apoio operacional	MARANATA 03.325.436/0001-49	01/01/2013	31/12/2016		33		16		4	A
2013	Vigilância	COMBATE 02.322.136/0001-43	15/10/2013	14/10/2016	0	0	20	16	0	0	P

Observações:
(Serviço de limpeza e manutenção): De acordo com o contrato, o nível de escolaridade exigido está atualmente disposto da seguinte forma:
Encarregado – 01 posto (previsto) - Nível Médio Completo - Atendido
Auxiliar de Serviços Gerais - 47 postos (previstos) sendo 27 postos ocupados - Sem nível de escolaridade exigido
Telefonista - 2 postos (previsto) - Nível Médio completo - Experiência comprovada (1 ano) - Atendido
Cozinheira - 1 posto (previsto) - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (2 anos) - Atendido
Técnico de manutenção - 4 postos (previsto) sendo 03 postos ocupados - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (2 anos)
Motorista - 4 postos - (previsto) sendo 01 posto ocupado - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (5 anos)
Tratorista - 1 posto - (previsto) sendo 0 ocupado - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (5 anos)
Secretária nível II - 3 postos sendo 01 ocupado (03, previsto atualmente devido aditivo no contrato) - Nível Médio completo - Experiência comprovada (2 anos)
Secretária nível I - 1 posto (1, previsto atualmente devido supressão ao contrato) - Nível Médio completo ou Superior - Experiência comprovada (3 anos) acrescido de curso de qualificação até 200 horas – Atendido

Observações:
(Serviço de vigilância)
Vigilante- 20 postos-(previsto)- 12 postos (ocupado)- Nível Médio completo

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

A redução de postos de trabalho em relação ao ano exercício anterior (2014) foi proveniente dos ajustes orçamentários impostos pelo Governo Federal.

A contratação de estagiários é realizada diretamente pela Coordenação Geral de Recursos Humanos- CGRH do MCTI e o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. Ao INSA são destinadas quatro vagas para estagiários, sendo um (01) de nível de ensino médio e três (03) de nível de ensino superior todas atuando na área meio.

Quadro 7.1.4.2 Contratação de Estagiários

	Médio		Superior		Médio + Superior
1º Trimestre	1	963,00	3	5.676,00	6.639,00
2º Trimestre	2	1.519,75	3	6.887,00	8.406,75
3º Trimestre	1	1.248,00	4	6.132,00	7.380,00
4º Trimestre	1	1.230,00	3	5.760,00	6.990,00
Total	2	4.960,75	4	24.455,00	29.415,75

7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Estrutura da Sede do Instituto Nacional do Semiárido

A Sede Administrativa do INSA funciona em uma área de 133 hectares que foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Governo do Estado da Paraíba, através do Decreto nº 26.554, de 18 de novembro de 2005 e, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, nº 13.082 em 19 de Novembro de 2005. No entanto, a utilização da referida área pelo INSA carece de regularização e, por este fato, também não houve avaliação do imóvel.

Após algumas reuniões com a atual gestão, o Governo do Estado, emitiu o Termo de Cessão de Uso Nº 31/2013, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 30 de outubro de 2013, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) anos para uso da área pelo INSA. Isso porque tramita na justiça processo contra Governo do Estado, onde o proprietário questiona o valor da desapropriação.

Estrutura da Estação Experimental do INSA

A Estrutura da Estação Experimental do INSA conta com 509 hectares de dimensão, sendo este terreno já regularizado e cedido ao Instituto. As informações constantes deste relatório com relação aos valores do imóvel sob responsabilidade desta UJ foram fornecidas pela Superintendência do Patrimônio Público da União na Paraíba – SPU/PB, que disponibilizou profissional competente, em 2013, para avaliar o referido imóvel, uma vez que o INSA não possui em seus quadros, engenheiro habilitado para tal atividade. A última avaliação realizada para determinação do seu valor fixou a cifra de R\$ 4.376.549,46 (quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

Em 2014 foram enviados o Ofício nº 140/2014 – GAB/INSA, de 17/06/14 e o Ofício nº 325/2014 – GAB/INSA, de 19/12/214 à Superintendência do Patrimônio da União solicitando parecer referente à necessidade/obrigatoriedade de Registro Imobiliário Patrimonial - RIP para a área da Sede do INSA, assim como o pedido de visita de um engenheiro para avaliar o valor do imóvel já registrado na SPU (RIP 198100079.500-2). Assim como em 2014, no ano de 2015, apesar dos contatos com a Superintendência, esta atualização no valor do imóvel continua sem ser realizada.

Em 2015, foram executadas diversas obras, com aporte de recursos da ordem de R\$ 1.062.186,69 (hum milhão, sessenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e

nove centavos) com destaque para a fabricação e instalação de móveis para os novos laboratórios, a construção de uma caixa d'água e galpões de apoio à Administração / terceirizados e o sistema de reuso de água. Os valores são discriminados na tabela a seguir:

Empresa contratada / serviço	Valor executados (R\$)
Glassmar – caixa d'água	55.716,00
Projelab – móveis laboratoriais	111.564,04
Btech – Sistema de reuso de água	126.420,96
Instec – Galpões*	768.485,69
TOTAL	1.062.186,69

* Dois galpões na Sede e outros dois na Estação Experimental

Com relação aos riscos inerentes à gestão dos imóveis, o INSA possui contrato com empresa de segurança privada, a qual realiza serviço de segurança armada tanto na Sede como na Estação Experimental, promovendo rondas permanentes ao redor dos imóveis. Pelas grandes dimensões dos terrenos, no passado foram registradas entradas não autorizadas, mas esses problemas foram minimizados com a realização de rondas mais frequentes no locais considerados de maior vulnerabilidade.

As informações a respeito sobre a localização dos imóveis do INSA podem ser encontradas em sua página institucional http://www.insa.gov.br/?page_id=51#.VugfAPkrKM8.

7.3 Gestão da tecnologia da informação

7.3.1 Principais sistemas de informações

No que tange ao PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e/ou PETI – Plano Estratégico de TI, o INSA teve seu primeiro PDTI com vigência de 2012 a 2014. O documento foi elaborado tendo como principais norteadores o Plano Diretor da Unidade – PDU e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, o que garantia seu alinhamento com os objetivos da instituição, e encontra-se publicado na Página do INSA – www.insa.gov.br em institucional/documentos. O novo PDTI é uma versão revisada e ampliada do primeiro, tendo sido atualizadas as diretrizes baseadas nos dois documentos principais norteadores e teve participação ativa do CGTI – Comitê Gestor de TI do INSA em sua elaboração e atualmente encontra-se em análise para publicação.

Comitê Gestor de TI - o CGTI do INSA teve que ser recomposto em 2015, pois mais da metade de seus integrantes já não constavam nos quadros do INSA. Através da Portaria nº 03 de 05 de março de 2015 foi reestruturado o CGTI, e teve como principal atribuição à elaboração do PDTI, atividade esta desempenhada com êxito.

No INSA uma de suas principais ferramentas de gestão de projetos é o SIGTEC – Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas, hoje uma aplicação Web, desenvolvida pelo CTI e que se destina a apoiar as entidades do Ministério através do

registro estruturado das informações em gestão e tecnologia, da interação através de ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados. Outra característica do sistema é a obtenção dos indicadores do TCG - Termo de Compromisso de Gestão com o MCTI - a partir das informações registradas no sistema. O sistema possui 04 principais funcionalidades: Gestão de projetos, Gestão Administrativa, Gestão de estoque e Gestão de patrimônios, O responsável técnico é Pedro Vitor Cerqueira Pacheco, Gerente de Redes e o responsável da área de negócio é Roberto de Azevedo Mesquita. A criticidade para a unidade é alta.

Outra ferramenta que está em fase de conclusão em seu desenvolvimento é o SIGSAB - Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro. Visa reunir e disponibilizar informações e o conhecimento gerado na região semiárida. Projetado para operar em uma plataforma web, o SIGSAB reúne e disponibiliza informações econômicas, sociais, ambientais e de infraestrutura da região semiárida. Também possui como objetivo divulgar experiências, conhecimentos e estudos como forma de gerar novos dados no campo da ciência, tecnologia e inovação. O responsável técnico é Pedro Vitor Cerqueira Pacheco, o responsável da área de negócio é Gregoriev Aldano de França Fernandes, a criticidade do sistema é alta, por se tratar de um sistema aberto ao público.

Em 2015 foi efetivado apenas um curso de capacitação (devido às limitações impostas pelo Governo Federal) realizado por Felipe Ataíde, na Escola Superior de Redes – ESR intitulado Teste de Invasão de Aplicações Web com duração de 40h. O plano de capacitação é parte integrante do PDTI.

A força de trabalho do Setor de TI do Instituto Nacional do Semiárido é composta de 2 (dois) servidores efetivos da carreira de Ciência e Tecnologia: Gregoriev Aldano de França Fernandes (Técnico) e Felipe Ataíde de Albuquerque (Assistente em Ciência e Tecnologia). Contudo, existe contrato terceirizado de 1 (um) técnico sênior (Pedro Vitor Cerqueira Pacheco) e 2 (dois) estagiários do curso Superior Telemática.

Os processos de gerenciamento de TI são baseados nas boas práticas do mercado de TI, como preza a biblioteca ITIL V3, no que tange a organização e arquitetura computacional, incluindo o escalonamento de serviço de TI, isto é, a separação de atividades de acordo com o nível de operação. Para esse fim, no Instituto, há três subdivisões distintas, mas que atuam conjuntamente: A área de atendimento ao usuário (Help-Desk) com o objetivo de sanar dúvidas técnicas e consertos de todos os equipamentos do parque computacional deste Órgão, o usuário faz registro no sistema Okomon (sistema de abertura de ordem de serviço) solicitando atendimento. Área de Infra-Estrutura de Redes: responsável por manter a disponibilidade, autenticidade e performance da rede lógica de computadores do Instituto. Para este fim, usa-se ambiente virtualizado em conjunto com o amplo sistema de monitoração (ativos de rede, serviços e servidores de aplicação). Atua via softwares: Nagios Core, Hypervisor ESXI, Sistema Operacional Linux. Área de Gestão de TI: atua nas atividades administrativas e é responsável por gerir toda a equipe que compõe a unidade.

Com essas três diferentes áreas, é realizado o escalonamento de serviços de TI. Vale ressaltar que todos os softwares citados neste item são livres ou de código aberto. Outro ponto acerca dos processos de gerenciamento de serviços é a produção contínua de documentação técnica, hospedada nos servidores da Instituição.

Projetos de TI executados no período - Implantação de rede wifi para a sede do INSA, conforme objetivo 4 meta 6 da proposta de PDTI, no valor de R\$ 17.450,00, parte encontra-se em funcionamento, e a implantação total será finalizada até o final de março/2016. A Implantação de câmeras de monitoramento eletrônico para a Sede e

Estação Experimental, no valor de R\$ 53.529,00 com previsão do término da instalação previsto para 21 de março de 2016.

Devido a diversas demandas por armazenamento, como do sistema de monitoramento eletrônico, SIGSAB, página institucional em crescimento, entre outros foi iniciado em 2015 processo licitatório para aquisição de um storage que será integrado aos servidores já existentes no CPD do INSA no valor de R\$ 79.997,00. O equipamento encontra-se empenhado e ainda não entregue.

Para mitigar a dependência tecnológica da empresa terceirizada que cuida da gerência de redes através de um funcionário contratado, foi elaborada documentação de todos os serviços, sistemas e configurações implementadas, de modo que caso haja ruptura do contrato qualquer profissional com formação semelhante possa efetuar reparos/melhorias nos sistemas já implantados. Esta documentação encontra-se disponível na rede interna do INSA.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os prazos, limites e obrigações destacado no art.5º da Lei 8.666/1993 são respeitados. Os pagamentos são devidamente efetuados obedecendo aos trâmites processuais estabelecidos em Lei e observados internamente na UPC. A unidade monetária, as dotações, a cronologia, os reajustes, ajustes e repactuações, conforme preceitua a legislação vigente é respeitado em todas as etapas dos processos de compras e na contratação de serviços.

No que tange o cronograma de pagamentos, a gestão financeira do Instituto elabora mensalmente quadros onde constam as despesas fixas (variáveis ou não) e as despesas flutuantes, estas últimas considerando as emissões de ordens de fornecimento de bens e serviços no mês corrente. Após a elaboração deste quadro, é enviada ao ministério a solicitação de financeiro para cumprimento de todas as obrigações mensais assumidas. O Ministério, então, após análise do pedido repassa o financeiro.

Para que não ocorram erros, as licitações, os empenhos e as emissões de ordens de fornecimento, são minuciosamente estudadas e enquadradas em elementos de despesas adequados, respeitando os limites orçamentários, os decretos limitantes de despesas e tetos estabelecidos por todo ordenamento vigente no exercício.

8.2 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 8.6.1 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	19122210620000001	10.886,00	7.167,32
Mercadológica			
Utilidade pública			

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	5.696.081,13	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	5.654.081,13	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	42.000,00	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	42.000,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	5.364.950,00	-	Transferências Financeiras Concedidas	26.429,36	-
Resultantes da Execução Orçamentária	4.261.691,24	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	4.261.691,24	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.103.258,76	-	Independentes da Execução Orçamentária	26.429,36	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.103.258,76	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	26.429,36	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.046.891,49	-	Despesas Extraorçamentárias	1.277.208,28	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.978.462,13	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.277.208,28	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	68.429,36	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	68.429,36	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-			
Saldo do Exercício Anterior	590.073,97	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	1.002.196,69	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	590.073,97	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.002.196,69	-
TOTAL	8.001.915,46	-	TOTAL	8.001.915,46	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	13.295.696,23	12.291.025,70			
Bens Imóveis	13.297.379,73	12.291.852,55			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.683,50	-826,85			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	141.620,29	200.809,56			
Softwares	141.620,29	200.809,56			
Softwares	204.330,00	221.176,80			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-62.709,71	-20.367,24			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	18.273.160,43	16.828.386,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.273.160,43	16.828.386,83

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1.002.196,69	1.693.332,73	PASSIVO FINANCEIRO	2.069.370,21	2.943.607,21
ATIVO PERMANENTE	17.270.963,74	15.135.054,10	PASSIVO PERMANENTE	-	-1.250.274,48
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	16.203.790,22	15.135.054,10

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.810.652,52	2.918.158,66
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.810.652,52	2.918.158,66
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	2.810.652,52	2.918.158,66
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	2.810.652,52	2.918.158,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.067.173,52
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-1.067.173,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	5.696.081,13	5.696.081,13
TOTAL	-	-	5.696.081,13	5.696.081,13
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	3.408.132,44	3.008.685,66	3.008.685,66	-3.408.132,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	3.408.132,44	3.008.685,66	3.008.685,66	-3.408.132,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	2.287.948,69	708.933,34	708.933,34	-2.287.948,69
Investimentos	-	-	2.287.948,69	708.933,34	708.933,34	-2.287.948,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	5.696.081,13	3.717.619,00	3.717.619,00	-5.696.081,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	5.696.081,13	3.717.619,00	3.717.619,00	-5.696.081,13
TOTAL	-	-	5.696.081,13	3.717.619,00	3.717.619,00	-5.696.081,13

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	96.404,41	675.477,52	566.748,68	566.748,68	205.133,25	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	96.404,41	675.477,52	566.748,68	566.748,68	205.133,25	-
DESPESAS DE CAPITAL	135.757,88	785.692,92	710.459,60	710.459,60	120.083,12	90.908,08
Investimentos	135.757,88	785.692,92	710.459,60	710.459,60	120.083,12	90.908,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	232.162,29	1.461.170,44	1.277.208,28	1.277.208,28	325.216,37	90.908,08

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA
-----------	-------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	------------------------------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.698.133,32	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	42.000,00	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	42.000,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	5.380.444,00	-
Transferências Intragovernamentais	5.364.950,00	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	15.494,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	249.259,96	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	90.335,15	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	158.924,81	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	26.429,36	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA
-----------	-------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	------------------------------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	26.429,36	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.811.635,17	-
Pessoal e Encargos	15.846,85	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	15.846,85	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.693.905,41	-
Uso de Material de Consumo	498.299,78	-
Serviços	2.810.107,39	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	385.498,24	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	26.429,36	-
Transferências Intragovernamentais	26.429,36	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	40.371,85	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	17.822,22	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA
-----------	-------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	------------------------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	22.549,63	-
Tributárias	32.126,02	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.013,62	-
Contribuições	24.112,40	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.955,68	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.955,68	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.886.498,15	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---------------------------------------------------------

EMIÇÃO 10/03/2016	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA
-----------	-------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	------------------------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.831.515,66	-
INGRESSOS	5.433.379,36	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	5.433.379,36	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	5.364.950,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	68.429,36	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.601.863,70	-
Pessoal e Demais Despesas	-3.537.869,89	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-3.537.869,89	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-37.564,45	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-37.564,45	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-26.429,36	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-26.429,36	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.419.392,94	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO - INSA

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.419.392,94	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.404.403,48	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-14.989,46	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	412.122,72	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	590.073,97	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.002.196,69	-